



SIMULADÃO COM CORREÇÃO

LEGISLAÇÃO MILITAR

1-Sobre Quadros assinale a incorreta

a) O Quadro de Praças Combatentes será formado pelos militares aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, concluído com aproveitamento, o Curso de Formação de Soldado PM/BM, com duração de no mínimo 6 (seis) meses, iniciando com a graduação de Soldado, podendo alcançar o posto de Subtenente, de acordo com a Lei de Promoção de Praças.

b) O Quadro de Praças de Saúde (QPS) da Polícia Militar será formado pelos militares, aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, que possuam curso de nível superior ou curso técnico, nas áreas de saúde, reconhecido ou autorizado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), e inscritos nos respectivos Conselhos Regionais de sua área e que tenham concluído, com aproveitamento, o Curso de Formação de Sargentos do Quadro de Praças de Saúde, iniciando com a graduação de 3º Sargento do Quadro de Praças de Saúde, podendo alcançar a graduação de subtenente, de acordo com a Lei de Promoção de Praças.

c) O Quadro de Praças Músicos será formado pelos militares aprovados em concurso público de provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório, submetidos a teste de aptidão em instrumento musical, e que possuam curso de ensino médio e curso técnico da área musical, reconhecidos pelos competentes conselhos, e que tenham concluído, com aproveitamento, o curso de músico, iniciando sua carreira na graduação de 3º Sargento Músico, podendo alcançar a graduação de Subtenente Músico, de acordo com a Lei de Promoção de Praças.

d) O Quadro de Oficiais Combatentes será formado pelos militares aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos e que tenham concluído, com aproveitamento, o Curso de Formação de Oficiais PM/BM, nas academias de Polícia Militar e Bombeiro Militar, e o respectivo estágio probatório como Aspirante-a-Oficial, de no mínimo 6 (seis) meses, iniciando no posto de 2º Tenente, podendo alcançar até o posto de Coronel, obedecendo aos critérios da Lei de Promoção de Oficiais.

e) O Quadro Especial de Oficiais (QEO PM/BM) será formado pelos 2º Tenentes, 1º Tenentes e Capitães, oriundos do Quadro Especial de Praças (QEP PM/BM), que tenham concluído, com aproveitamento, o curso de habilitação de oficiais, cujo ingresso no curso, dar-se-á pelo critério de antiguidade.

2-De acordo com a lei 194/12:

a) A carreira de oficial militar estadual é privativa de brasileiro nato ou naturalizado

b) São equivalentes as expressões: “na ativa”, “em serviço ativo”, “da ativa”, “em serviço na ativa”, “em serviço”, “em atividade” ou “em atividade militar”, conferidas aos militares estaduais no desempenho de cargo, comissão, encargo, incumbência ou missão, serviço ou atividade militar, ou assim considerados, nas organizações militares, como em outros órgãos da União, Estados ou Municípios, quando previsto em lei ou regulamento.

c) O concurso será regionalizado, devendo ser fixada a quantidade de vagas no edital do concurso por município ou região, de acordo com a necessidade de vagas a serem analisadas pela Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração.

d) O militar estadual lotado em município interiorano somente poderá ser remanejado para o município de Boa Vista após cumprir cinco anos de efetivo exercício nos municípios do interior do Estado, condicionada a existência de vaga.

e) No remanejamento de militar entre os municípios, especialmente para o município de Boa Vista-RR, será utilizado o critério de antiguidade.

3-Assinale a correta

a) Os candidatos aos Quadros de Especialistas: Músicos e Auxiliares, na primeira etapa do concurso público farão também provas práticas pertinentes ao exercício de suas especialidades, de acordo com esta Lei e com o Edital do Concurso Público.

b) A avaliação psicológica terá por finalidade aferir traços de personalidade, aspectos cognitivos e adaptabilidade ao meio, controle emocional, não agressividade, resistência à fadiga, e identificar aspectos psicológicos do candidato compatíveis com o perfil profissional exigido para a carreira de militar estadual, onde será recomendado ou não para a investidura no cargo de militar estadual, sendo que na hipótese de não recomendado é permitido seu ingresso na quarta etapa do concurso.

c) A avaliação psicológica prevista nesta Lei será realizada por banca examinadora constituída por dois membros regularmente inscritos em Conselho Regional de Psicologia.

d) Não será assegurado ao candidato não-recomendado conhecer as razões que determinaram a sua não-recomendação.

e) A investidura no Cargo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima ocorre através da Nomeação no respectivo cargo.

4-O ingresso na carreira militar é facultado a todos os brasileiros, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as condições estabelecidas neste Estatuto e que preencham os seguintes requisitos: EXCETO

a) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais

b) estar no gozo de seus direitos civis e políticos

c) apresentar, no ato da matrícula e no ato da posse nos Cursos de Formação, comprovante de conclusão do ensino médio, para o Curso de Formação de Oficiais, ou de ensino superior, para o Curso de Formação de Soldados Combatentes, reconhecido ou autorizado pelo Ministério da Educação, sob pena de eliminação do certame

d) idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 35 (trinta e cinco) anos, salvo no caso de ingresso no Quadro de Saúde que será de no máximo 38 (trinta e oito) anos e no Quadro de Capelão Militar que será no máximo 40 (quarenta) anos.

e) ter no mínimo 1,60m (um metro e sessenta centímetros) de altura, se masculino e 1,55m (um metro e cinquenta e cinco centímetros) de altura, se feminino

5-O Estatuto dos militares afirma que:

a) Os cadetes são hierarquicamente superiores aos tenentes.

b) Os alunos dos cursos de formação de sargento não são hierarquicamente superiores aos cabos.

c) Os alunos do curso de formação de cabos não são hierarquicamente superiores aos soldados.

d) O militar estadual só poderá ser cedido a outro órgão após 5 (cinco) anos de efetivo exercício.

e) Aos oficiais por sua formação científica, e as praças por sua formação de técnico- profissional, é permitida a acumulação lícita do cargo de militar estadual com outro cargo de provimento efetivo, nas áreas de saúde ou educação, desde que haja compatibilidade de horários entre os cargos ocupados.

6-Segundo o Estatuto dos militares quando o militar estadual for designado para missão dentro ou fora do Estado, que demande serviço ininterrupto, de no _____, pela peculiaridade e necessidade do serviço, além do percebimento de diárias, quando fizer jus, terá direito a uma folga de no _____.

a) mínimo 24 horas, máximo 48 horas

b) mínimo 48 horas, máximo 72 horas

- c) mínimo 24 horas, mínimo 44 horas
- d) máximo 24 horas, máximo 48 horas
- e) mínimo 24 horas, mínimo 48 horas

7-O militar estadual, quando no seu período de folga, for convocado para audiências na justiça em razão de sua atuação profissional, na condição de testemunha ou condutor, fará jus a perceber, no mínimo:

- a) 6 (seis) horas de serviço voluntário remunerado.
- b) 12 (doze) horas de serviço voluntário remunerado.
- c) 24 (vinte e quatro) horas de serviço voluntário remunerado.
- d) 48 (quarenta e oito) horas de serviço voluntário remunerado.
- e) Nenhuma das alternativas

8-A promoção a Subtenente dos Quadros de Praças Combatente e de Praças de Saúde do Corpo de Bombeiros de Roraima será efetuada atendendo os requisitos da Lei de Promoção Praças atendendo aos seguintes critérios:

- a) ter no máximo 8 (oito) anos de efetivo serviço na corporação militar e ter cumprido o interstício de 01 (um) ano na graduação de primeiro sargento.
- b) ter no mínimo 4 (quatro) anos de efetivo serviço na corporação militar e ter cumprido o interstício de 02 (dois) ano na graduação de primeiro sargento.
- c) ter no mínimo 8 (oito) anos de efetivo serviço na corporação militar e ter cumprido o interstício de 01 (um) ano na graduação de primeiro sargento.
- d) ter no mínimo 4 (quatro) anos de efetivo serviço na corporação militar e ter cumprido o interstício de 01 (um) ano na graduação de primeiro sargento.
- e) ter no mínimo 8 (oito) anos de efetivo serviço na corporação militar e ter cumprido o interstício de 01 (um) ano na graduação de segundo sargento.

9-Assinale a incorreta:

- a) O afastamento do serviço por motivo de núpcias será concedido, quando solicitado à autoridade a qual estiver subordinado o militar, mediante apresentação da certidão de casamento ou declaração de união estável firmada em cartório, sendo permitida também esta concessão aos alunos de curso de formação, habilitação e aperfeiçoamento
- b) O afastamento do serviço por motivo de luto será concedido tão logo à autoridade a qual estiver subordinado o militar tome conhecimento do óbito dos seguintes parentes cônjuge ou companheiro(a), pais, madrasta, padrasto, filhos, enteados, sogros, avós, netos, irmãos e pessoa sob guarda ou tutela.
- c) entrega de cópia da certidão de óbito poderá ser efetuada no retorno do luto, regularizando-se então a concessão por meio de publicação em Boletim Geral.
- d) no caso de filho natimorto também será concedido luto, exigindo-se igualmente a posterior entrega de cópia da certidão de óbito expedida pelo cartório de registro civil.
- e) o afastamento será contado da data do óbito.

10-De acordo com a lei 194/12:

- a) A agregação se faz por ato do Governador do Estado, para as Praças e pelo Comandante Geral para os Oficiais.
- b) A agregação se faz por ato do Governador do Estado, para os oficiais e Praças.
- c) A agregação se faz por ato do Comandante Geral para OS Oficiais e Praças.
- d) A agregação se faz por ato do Governador do Estado, para os oficiais e pelo Comandante Geral para as Praças.
- e) A agregação se faz por ato do Comandante Geral, para os oficiais e pelo Subcomandante Geral para as Praças.

11-De acordo com a lei 051 assinale a incorreta.

- a) O ingresso no Quadro de Oficiais Policiais Militares – QOPM, dar-se-á no posto de 2º Tenente PM por ato do Governador do Estado, após aprovação no Curso de Formação de Oficiais e o devido estágio probatório como Aspirante-a-Oficial PM.
- b) Os aprovados em concurso público para o ingresso nos Quadros de Oficiais Policiais Militares que estiverem participando do Curso de Formação de Oficiais serão considerados Aspirante-a-Oficial PM.
- c) Os aprovados em concurso público para o ingresso nos Quadros de Praças Policiais Militares, enquanto estiverem participando do curso de Formação de Soldado, serão considerados Alunos-Soldados PM.
- d) Para a promoção ao posto de Major PM pelo ocupante do posto de Capitão PM, será exigido a conclusão, com aproveitamento, do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- e) Para a promoção ao posto de Coronel PM pelo ocupante do posto de Tenente Coronel PM, será exigido a conclusão, com aproveitamento, do Curso de Estudos Estratégicos.

12-De acordo com a lei 081 o órgão de execução de policiamento ostensivo da Capital, tendo a seu encargo as diferentes missões policiais militares, será constituído das seguintes unidades operacionais: EXCETO.

- a) 1º Batalhão de Polícia Militar (1ºBPM)
- b) 2º Batalhão de Polícia Militar (2ºBPM)
- c) 3º Batalhão de Polícia Militar (3ºBPM)
- d) Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE
- e) Companhia Independente de Policiamento Comunitário (CIPCOM)

13-O código de ética e disciplina afirma que :

- a) A Ordenação da Autoridade se faz por postos e graduações, de acordo com o escalonamento hierárquico, a antiguidade e a precedência funcional.
- b) Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades que o militar estadual é investido ilegalmente, quando conduz homens ou dirige uma Organização Militar.
- c) Todo militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina deverá comunicá-lo ao seu chefe imediato, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da observação ou do conhecimento do fato.
- d) Nas ocorrências disciplinares que envolvam militares de mais de uma Organização Militar, caberá ao Comandante que primeiro tomar conhecimento do fato, comunicá-lo imediatamente verbalmente e pessoalmente, ao Comando a que pertence o outro militar.
- e) As transgressões previstas neste código são de natureza leve, média, grave e gravíssimas

14-À luz da lei 963/14 assinale a incorreta

- a) A Detenção Disciplinar consiste no cerceamento da liberdade do punido, o qual deve permanecer nas dependências das unidades militares, sem que fique, no entanto, confinado.
- b) A Detenção Disciplinar consiste na retenção do militar, no âmbito de sua Organização Militar, sem participar de quaisquer serviços ou atividades.
- c) Quando a Organização Militar não dispuser de instalações apropriadas para aplicação da detenção, cabe à autoridade que aplicou a punição solicitar ao escalão superior local apropriado para o cumprimento.
- d) Os militares estaduais em cumprimento de Detenção Disciplinar devem ficar separados dos presos da Justiça Militar e da Justiça Comum.
- e) A Permanência Disciplinar consiste no cerceamento da liberdade do punido, o qual deve permanecer nas dependências das unidades militares, sem que fique, no entanto, confinado.

15-Segundo a lei 224/14 assinale a incorreta.

- a) O adicional natalino será pago até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano.
- b) O auxílio-natalidade é devido ao militar estadual por motivo de nascimento de filho (a), inclusive no caso de natimorto, no percentual de 50% (cinquenta por cento) do subsídio do soldado de segunda classe.
- c) Caso o militar não siga destino ou interrompa a missão deverá ressarcir o erário no prazo de 10 (dez) dias.
- d) Restituirá a ajuda de custo de qualificação, integralmente e em parcelas, cujo o valor não exceda 25% (vinte e cinco) por cento do subsídio, o militar estadual, quando, embora seguido seu destino, tenha sido desligado do curso para o qual foi indicado, por falta de aproveitamento.
- e) O serviço voluntário dependerá da efetiva prestação de serviço, em atividade-fim de polícia militar ou bombeiro militar, condicionado à escala prévia, não podendo exceder a 48 (quarenta e oito) horas mensais

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

16-O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, civil e penal. A sanção penal poderá consistir em pena de

- a) detenção por dez dias a seis meses.
- b) detenção por três meses a um ano.
- c) reclusão por dois a quatro anos.
- d) reclusão por três a seis anos.
- e) detenção por dez meses a seis anos

17-A respeito do crime de abuso de autoridade, assinale a opção correta à luz da atual legislação de regência.

- a) Em caso de abuso de autoridade cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, poderá ser cominada pena autônoma ou acessória, consistente em não poder o acusado exercer funções de natureza policial pelo prazo de um a cinco anos.
- b) O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade é toda autoridade pública, considerada como tal o funcionário público que exerça cargo, emprego ou função em caráter efetivo e remunerado.
- c) O mesário eleitoral exerce múnus público, motivo pelo qual não pratica o crime de abuso de autoridade, pois o encargo que lhe incumbe não é típico de autoridade pública.
- d) O particular não pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade, salvo se praticar o fato criminoso em concurso com o funcionário público e se tiver consciência dessa condição elementar.
- e) As ações penais relativas aos crimes de abuso de autoridade são públicas, condicionadas à representação da vítima.

18-Com relação à infiltração de agentes prevista na Lei nº 12.850/2013 (Organização Criminosa), é correto afirmar que

- a) somente é possível por meio de representação de Delegado de Polícia.
- b) é autorizada, em qualquer hipótese, para investigação de todos os crimes apenados com reclusão.
- c) é autorizada somente na fase de investigação policial e para os crimes apenados com reclusão.
- d) será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.
- e) na hipótese de representação do delegado de polícia, o juiz competente, poderá autorizar, mesmo sem a manifestação do Ministério Público.

19-Sobre a Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, assinale a alternativa correta:

- a) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica e essenciais, porém, não exclusivas de Estado.
- b) Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal somente por meio de inquérito policial, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.
- c) Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia representar ao juiz para a realização de perícias, obtenção de informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
- d) A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado.
- e) Em nenhuma hipótese, o inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico.

20-Constituem crimes hediondos, EXCETO:

- a) homicídio em atividade típica de grupo de extermínio praticada por um agente só;
- b) epidemia com resultado morte;
- c) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável;
- d) tráfico de pessoas e extorsão mediante sequestro
- e) lesão corporal seguida de morte, quando praticada contra integrante do sistema prisional.

21-São crimes hediondos, EXCETO:

- a) homicídio privilegiado.
- b) latrocínio.
- c) extorsão com resultado morte.
- d) estupro de vulnerável.
- e) epidemia com resultado morte.

22-A Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, estabelece que pratica crime de tortura

- a) qualquer pessoa que submete alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- b) o agente público que submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança, a sofrimento físico ou mental, ainda que por intermédio da prática de ato previsto em lei ou resultante de medida legal.
- c) qualquer pessoa que constringe alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação de qualquer natureza.
- d) o agente público que constringe alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, com o fim de provocar ação ou omissão de qualquer natureza.
- e) qualquer pessoa que se omite diante de constrangimento ou submissão a ato de tortura.

23-De acordo com a lei antidrogas,

- a) o juiz não pode considerar a natureza e a quantidade da substância ou do produto na fixação da pena.
- b) no caso de posse de drogas para consumo pessoal, a pena de prestação de serviços pode ser aplicada pelo prazo máximo de 10 (dez) meses, se reincidente o agente.
- c) o inquérito policial será concluído em 90 dias se o acusado estiver preso e 30 dias se estiver solto.
- d) é isento de pena, em relação exclusivamente aos crimes nela previstos, o agente que, em razão de dependência, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- e) o tráfico de drogas é considerado crime hediondo.

24-A Lei Maria da Penha, Lei no 11.340/2006,

a) visa a coibir apenas a violência física e sexual contra a mulher, no âmbito doméstico e familiar.

b) admite a renúncia à representação da ofendida perante o juiz, ouvido o Ministério Público, antes ou após o recebimento da denúncia.

c) permite a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de caráter pecuniário.

d) dispõe que o Ministério Público intervirá somente nas causas criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

e) dispõe que caberá ao Ministério Público, entre outras atribuições, requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

25-Para fins de aplicação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha:

a) agressor e agredida não mais precisam viver juntos, mas devem ter coabitado.

b) só o homem pode ser sujeito passivo das medidas protetivas.

c) agressor e agredida devem viver juntos.

d) não importa a coabitação e nem a orientação sexual de agressor e agredida.

e) a mulher pode ser sujeito passivo das medidas protetivas, mas somente se mantiver relações de parentesco com a agredida.

26-No que se refere ao Estatuto do desarmamento, é correto afirmar que:

a) o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é inafiançável, sendo irrelevante o fato de a arma de fogo estar registrada em nome do agente.

b) o agente que importa ou exporta arma de fogo de uso permitido, sem autorização da autoridade competente, comete o delito de contrabando.

c) a conduta de portar arma de uso permitido é equiparada a de portar arma de uso restrito para efeito da aplicação da pena, quando a referida arma estiver com a numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado.

d) o crime de deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse admite tentativa.

e) será responsabilizado apenas administrativamente o proprietário ou diretor de empresa de segurança que não registrar ocorrência policial e não comunicar à Polícia Federal nas primeiras vinte e quatro horas depois de ocorrido a perda, o furtou ou roubo de arma de fogo, acessório ou munição, que estejam sob sua guarda.

27-Assinale a alternativa que não apresenta um crime contra criança e o adolescente:

a) Deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 desta Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato

b) Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente

c) Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente

d) Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo

e) Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional

28-Acerca dos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei n.º 9.605/1998, assinale a opção correta.

a) Nos crimes ambientais, a responsabilidade penal da pessoa jurídica será sempre reflexa, e, de acordo com entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência dos tribunais superiores, a pessoa jurídica não poderá ser responsabilizada por crime culposo, salvo quando essa infração for imputada única e exclusivamente ao ente moral.

b) Admite-se a aplicação das circunstâncias agravantes genéricas previstas no CP aos crimes ambientais e, de igual modo, a aplicação das agravantes genéricas ambientais aos delitos comuns da lei ambiental em apreço, em face do princípio da subsidiariedade, preconizado de forma expressa em ambos os diplomas legais.

c) Nos crimes ambientais, a concessão do sursis (comum e especial) segue idênticos requisitos do CP; neles, são igualmente cabíveis o sursis etário e o sursis humanitário nas condenações não superiores a quatro anos.

d) Os crimes ambientais, em relação aos entes morais, são plurissubjetivos ou de concurso necessário; contudo, não se pode imputar concomitantemente a mesma infração penal a pessoa física e a pessoa jurídica, sob pena de ofensa ao princípio do no bis in idem.

e) Na fixação da pena por delitos ambientais, o juiz deverá levar em conta, de forma preponderante, os bons ou maus antecedentes ambientais do infrator e, apenas supletivamente, os outros antecedentes.

29-O inquérito policial, nos casos previstos na Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006), deverá ser concluído no prazo de:

a) 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.

b) 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 (trinta) dias, quando solto.

c) 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 (trinta) dias, quando solto.

d) 20 (vinte) dias, se o indiciado estiver preso, e de 40 (quarenta) dias, quando solto.

e) 10 (dez) dias, esteja o indiciado preso ou solto

30-Autores de crime de tortura

a) não podem receber liberdade provisória sem fiança.

b) não podem receber liberdade provisória com ou sem fiança.

c) podem receber liberdade provisória sem fiança, desde que apresentem bens para assegurar o Juízo.

d) podem receber liberdade provisória sem fiança.

e) podem receber liberdade provisória sem fiança, por se tratar de crime hediondo.

LINGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

Leia o texto abaixo e responda às questões de 31 a 35.

Leitura - leituras: quando ler (bem) é preciso

[...] Alguns leitores ao lerem estas frases (poesia citada) não compreenderam logo. Creio mesmo que é impossível

compreender inteiramente à primeira leitura pensamentos assim esquematizados sem uma certa prática.”
(Mário de Andrade - Artista)

“Eu sou um escritor difícil
Que a muita gente enquizila,
Porém essa culpa é fácil
De se acabar duma vez:
É só tirar a cortina
Que entra luz nesta escurez.”
(Mário de Andrade - Lundu do escritor difícil)

No eterno criar e recriar da atividade verbal, a criatividade, a semanticidade, a intersubjetividade, a materialidade e a historicidade são propriedades essenciais da linguagem, indispensáveis a todos os atos de fala, sejam eles presentes, passados ou futuros.

Porém, é a atividade semântica que intermedeia a conexão dos seres humanos com o mundo dos objetos, estabelecendo a relação entre o Eu e o Universo, e, junto com a alteridade (relação do Eu com o Outro, de caráter interlocutivo), permite a identificação da linguagem como tal, pois a linguagem existe não apenas para significar, mas significar alguma coisa para o outro. A semanticidade possibilita o indivíduo conceber e revelar as coisas pertencentes ao mundo do real e da imaginação. Logo, é ao mesmo tempo significação, modo de conceber, ou melhor, uma configuração linguística de conhecimento, uma organização verbal do pensamento, e designação ou referência, aplicação dos conceitos às coisas extralinguísticas. [...].

No processo de leitura do texto, para que o leitor se aproprie desse(s) sentido(s), é necessário que ele domine não apenas o código linguístico, mas também compartilhe bagagem cultural, vivências, experiências, valores, correlacione os conhecimentos construídos anteriormente (de gênero e de mundo, entre outros) com as novas informações expressas no texto; faça inferências e comparações; compreenda que o texto não é uma estrutura fechada, acabada, pronta; perceba as significações, as intencionalidades, os dialogismos, o não dito, os silêncios.

Em resumo, é fundamental que, por meio de uma série de contribuições, o interlocutor colabore para a construção do conhecimento. Assim, ler não significa traduzir um sentido já considerado pronto, mas interagir com o outro (o autor), aceitando, ou não, os propósitos do interlocutor.

(Profª Marina Cezar- Revista de Vilégagnon. Ano IV. Nº 4. 2009 - Texto adaptado)

Leia o trecho a seguir.

“No eterno criar e recriar da atividade verbal, a criatividade, a semanticidade, a intersubjetividade,

31. Assinale a opção em que o comentário acerca do uso dos sinais de pontuação está correto, tendo em vista a norma padrão.

- (A) A primeira vírgula separa o sujeito do restante da frase, as demais separam os apostos.
- (B) As vírgulas separam, respectivamente, um adjunto adverbial e termos de mesma função sintática.
- (C) Todas as vírgulas poderiam ser retiradas, pois não há necessidade de pausas no trecho.
- (D) É igualmente correto usar ponto e vírgula no lugar de cada vírgula presente no trecho.
- (E) Pode-se usar um travessão no lugar da primeira vírgula e manter as demais sem prejuízo.

32. Tendo em vista o título do texto - “Leitura, leituras: quando ler (bem) é preciso”, assinale a opção que justifica corretamente o emprego dos parênteses, segunda intenção expressiva da autora.

- (A) Isola orações intercaladas com verbos.
- (B) Faz uma indicação bibliográfica sucinta.

- (C) Indica a citação literal de uma palavra importante.
- (D) Acrescenta um comentário implícito sobre a ideia da autora.
- (E) Sugere um tom mais emotivo às reflexões da autora, no texto.

33. Assinale a opção em que, de acordo com a variante padrão brasileira, o verbo indicado entre parênteses segue a mesma flexão da forma verbal observada em: a atividade semântica que intermedeia a conexão dos seres humanos com o mundo, dos objetos[...]” (2º§)

- (A) Queremos que ele (confiar) em sua competência.
- (B) Acredita no aluno que (ansiar) por novas leituras.
- (C) Encontrou uma empresa que (premiar) as boas ideias.
- (D) Ele quer uma leitura que (ampliar) seus conhecimentos.
- (E) Todos procuramos um exercício que (afiar) nossa memória.

Leia as frases a seguir.

“...ler (bem) é preciso.” (Marina Cezar)

“Navegar é preciso, viver não é preciso.” (Fernando Pessoa)

34. Assinale a opção que explicita corretamente a relação intertextual entre as frases acima, a partir da expressão destacada.

- (A) Ler e navegar são necessidades lúdicas e inalienáveis na vida de homens e mulheres.
- (B) Ler e navegar referem-se a um mesmo contexto - o das viagens marítimas.
- (C) Ler, com atenção, e navegar resguardam sentidos de necessidade e precisão para a existência humana.
- (D) A leitura e a navegação dispensam quaisquer outras atividades de lazer e conhecimento na vida das pessoas.
- (E) A leitura só será necessária se for bem realizada, assim como navegar precederá, sempre, a própria existência.

35. Marque a opção em que a função sintática do termo sublinhado é idêntica à da expressão destacada neste trecho:

“[...] aplicação dos conceitos às coisas extralinguísticas. [...]” (3º§)

- (A) Deu-lhe muitos presentes de aniversário.
- (B) Levou a irmã ao médico hoje pela manhã.
- (C) Aludi à carta que você me enviou,
- (D) Deixou o paciente à espera por horas.
- (E) Marta tem certeza de sua amizade.

Leia o texto abaixo para responder às questões 36 e 37.

“[...] Alguns leitores ao lerem estas frases (poesia citada) não compreenderam logo. Creio mesmo que é impossível compreender inteiramente à primeira leitura pensamentos assim esquematizados sem uma certa prática.”

36. Assinale a opção em que a reescritura do trecho “[...] Alguns leitores ao lerem estas frases...não compreenderam logo.” mantém seu sentido original e respeita a norma gramatical.

- (A) Quando leram estas frases..., alguns leitores não compreenderam logo.
- (B) Sempre que leem estas frases, alguns leitores não compreendem logo
- (C) Alguns leitores, assim que lerem estas frases, não compreenderão logo.
- (D) Depois que lerem estas frases, alguns leitores não compreenderão logo.
- (E) Alguns leitores, cada vez que lessem estas frases, não compreenderiam logo.



37. Assinale a opção em que o termo destacado deve ser acentuado, conforme ocorre na expressão "à primeira leitura".
- (A) Veio, finalmente, a primeira vitória de sua carreira.
 - (B) Conheceram-se numa biblioteca: foi amor a primeira vista.
 - (C) Não será a primeira e nem a segunda leitura que o convencerá.
 - (D) Foi a primeira vez que viajei a Portugal, e já quero retornar.
 - (E) Não peça informações a qualquer primeira pessoa que encontrar.

TEXTO 2

Leia o texto abaixo e responda às questões de 38 E SEGUINTEs

O dono do livro

Li outro dia um fato real narrado pelo escritor moçambicano Mia Couto. Ele disse que certa vez chegou em casa no fim do dia, já havia anoitecido, quando um garoto humilde de 16 anos o esperava sentado no muro. O garoto estava com um dos braços para trás, o que perturbou o escritor, que imaginou que pudesse ser assaltado.

Mas logo o menino mostrou o que tinha em mãos: um livro do próprio Mia Couto. Esse livro é seu? perguntou o menino. Sim, respondeu o escritor. Vim devolver. O garoto explicou que horas antes estava na rua quando viu uma moça com aquele livro nas mãos, cuja capa trazia a foto do autor.

O garoto reconheceu Mia Couto pelas fotos que já havia visto em jornais. Então perguntou para a moça: Esse livro é do Mia Couto? Ela respondeu: É. E o garoto mais que ligeiro tirou o livro das mãos dela e correu para a casa do escritor para fazer a boa ação de devolver a obra ao verdadeiro dono.

Uma história assim pode acontecer em qualquer país habitado por pessoas que ainda não estejam familiarizadas com os livros - aqui no Brasil, inclusive. De quem é o livro? A resposta não é a mesma de quando se pergunta: "Quem escreveu o livro?"

O autor é quem escreve, mas o livro é de quem lê, e isso de uma forma muito mais abrangente do que o conceito de propriedade privada - comprei, é meu. O livro é de quem lê mesmo quando foi retirado de uma biblioteca, mesmo que seja emprestado, mesmo que tenha sido encontrado num banco de praça.

O livro é de quem tem acesso às suas páginas e através delas consegue imaginar os personagens, os cenários, a voz e o jeito com que se movimentam. São do leitor as sensações provocadas, a tristeza, a euforia, o medo, o espanto, tudo o que é transmitido pelo autor, mas que reflete em quem lê de uma forma muito pessoal. É do leitor o prazer. É do leitor a identificação. É do leitor o aprendizado. É do leitor o livro.

Dias atrás gravei um comercial de rádio em prol do Instituto Estadual do Livro em que falo aos leitores exatamente isso: os meus livros são os seus livros. E são, de fato. Não existe livro sem leitor. Não existe. É um objeto fantasma que não serve pra nada.

Aquele garoto de Moçambique não vê assim. Para ele, o livro é de quem traz o nome estampado na capa, como se isso sinalizasse o direito de posse. Não tem ideia de como se dá o processo todo, possivelmente nunca entrou numa livraria, nem sabe o que é tiragem.

Mas, em seu desengano, teve a gentileza de tentar colocar as coisas em seu devido lugar, mesmo que para isso tenha roubado o livro de uma garota sem perceber.

Ela era a dona do livro. E deve ter ficado estupefata. Um fã do Mia Couto afanou seu exemplar. Não levou o celular, a carteira, só quis o livro. Um danado de um amante da literatura, deve ter pensado ela. Assim são as histórias escritas também pela vida, interpretadas a seu modo por cada dono.

(Martha Medeiros. JORNAL ZERO HORA - 06/11/11./ Revista O Globo, 25 de novembro de 2012.)

38. Assinale a opção em que a troca da palavra sublinhada pela que está entre parênteses mantém corretas as relações de sentido e a regência nominal ou verbal.

- (A) pessoas que ainda não estejam familiarizadas com os livros [...] (4º§) - (entre)
- (B) "O livro é de quem tem acesso às suas páginas [...]" (6º§) - (ante)
- (C) os cenários, a voz e o jeito com que se movimentam." (6º§) - (em)
- (D) "[...] mas que reflete em quem lê de uma forma muito pessoal." (6º§) - (para)
- (E) "[...] na capa, como se isso sinalizasse o direito de posse." (8º§) - (a)

39. Assinale a opção que apresenta a afirmativa correta sobre o texto lido.

- (A) A autora do texto procura justificar o gesto intempestivo do garoto que roubara um livro para devolvê-lo ao próprio autor.
- (B) Segundo Mia Couto e Martha Medeiros, depois de comprado, um livro pertencerá, de fato, ao leitor que pagou por ele.
- (C) Para o autor moçambicano, o Brasil inclui-se entre os países cujos habitantes estão pouco familiarizados com os livros.
- (D) O escritor Mia Couto mostrou-se indignado com as motivações que provocaram o roubo de um livro que lhe pertencia.
- (E) A jovem leitora de Mia Couto expressou muito receio ao ser abordada pelo garoto que lhe tirou das mãos um livro do autor.

40. Analise o trecho a seguir,

"[...] - comprei, é meu."

Que relação semântica a segunda oração estabelece com a primeira?

- (A) Adição.
- (B) Explicação.
- (C) Conclusão.
- (D) Causa.
- (E) Conformidade.

No trecho "[...] um garoto humilde de 16 anos o esperava sentado no muro." (1º§), é também correta, de acordo com a norma-padrão brasileira, a colocação enclítica do pronome o

41. Assinale a opção em que também ocorre essa dupla possibilidade - próclise e ênclise - na colocação do pronome destacado.

- (A) Ana me emprestou este livro.
- (B) Não lhe emprestarei o livro de novo.
- (C) Prefiro que me traga as publicações depois.
- (D) Sempre o vê sozinho na frente da biblioteca.
- (E) Em lhe chegando a vez, termino de contar a história de ontem.

Leia os fragmentos abaixo:

"O autor é quem escreve, mas o livro é de quem lê, e isso de uma forma muito mais abrangente [...]" (5º§)

"Dias atrás gravei um comercial de rádio em prol do Instituto Estadual do Livro em que falo aos leitores exatamente isso [...]" (7º§)

"[...] as coisas em seu devido lugar, mesmo que para isso tenha roubado o livro de uma garota sem perceber." (9º§)

42. Quanto aos processos coesivos, as palavras destacadas possuem, de acordo com o contexto em que são empregados, respectivamente, valor:

- (A) anafórico; anafórico; catafórico.
- (B) catafórico, anafórico, catafórico.
- (C) catafórico; anafórico, anafórico.

- (D) anafórico; catafórico; anafórico.
(E) catafórico; catafórico; anafórico.

43. Em que opção ocorre um exemplo de uso conotativo da linguagem?

- (A) "Li outro dia um fato real narrado pelo escritor moçambicano Mia Couto." (1º§)
(B) "O garoto reconheceu Mia Couto pelas fotos que já havia visto em jornais." (3º§)
(C) "O livro é de quem lê mesmo quando foi retirado de uma biblioteca, [...]" (5º§)
(D) "Não levou o celular, a carteira, só quis o livro." (10º§)
(E) "Assim são as histórias escritas também pela vida, [...]" (10º§)

44. Assinale a opção que identifica corretamente a ideia comum entre os textos de Marina Cezar (Texto 1) e Martha Medeiros (Texto 2), sobre a relação livro/leitura.

- (A) interações semânticas, via leitura, entre o leitor e o autor do livro.
(B) Domínio do código linguístico para a apropriação dos sentidos do texto.
(C) Discussões sobre o verdadeiro "dono" do livro: quem deteria o direito de posse?
(D) Reflexões sobre as dificuldades de acesso aos livros, em países economicamente desfavorecidos.
(E) Reconhecimento da importância dos leitores como condição precípua para a existência dos livros.

45. Marque a opção em que a palavra destacada no trecho "E deve ter ficado estupefata" (10º§) foi substituída por outra de mesmo valor semântico.

- (A) Extasiada.
(B) Contrariada.
(C) Aborrecida.
(D) Encantada.
(E) Atônita.

REDAÇÃO OFICIAL

46. Os pronomes de tratamento são utilizados na Redação Oficial com certas especificidades. Mesmo que façam referência à segunda pessoa gramatical, a concordância sempre será em terceira pessoa, uma vez que o verbo concorda com o substantivo que integra a locução e não com o pronome. Com base nessa afirmação, assinale o item de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República:

- a) Vossa Senhoria enviará seu processo ao departamento responsável?
b) Vossa Senhoria enviarás seu processo ao departamento responsável?
c) Vossa Senhoria enviarás vosso processo ao departamento responsável?
d) Vossa Senhoria enviou vosso processo ao departamento responsável?
e) Vossa Senhoria enviastes seu processo ao departamento responsável?

47. Sabe-se que o uso de pronomes de tratamento e locuções pronominais tem larga tradição na Língua Portuguesa. Esse uso é empregado nas comunicações oficiais com o sentido de distinção e respeito. Assim:

I. Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento "digníssimo" (DD) às autoridades como como Presidente da República, Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional etc. A dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.

II. Fica dispensado o emprego do superlativo "ilustríssimo" para as autoridades que recebem o tratamento de Vossa Senhoria e

para particulares. É suficiente o uso do pronome de tratamento "Senhor".

III. "Doutor" não é forma de tratamento, e sim título acadêmico. Como regra geral, empregue-o apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham concluído curso de doutorado.

IV. A forma "Vossa Excelência" é dirigida a uma pessoa com quem se fala. A forma "Sua Excelência" é dirigida a uma pessoa de quem se fala.

Ao ler as afirmações acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação I está correta
b) As afirmações I e II estão incorretas
c) As afirmações I, III, IV estão incorretas
d) Apenas a afirmação III está correta
e) As afirmações I, II, III, IV estão corretas

48. A redação de documentos oficiais deve obedecer às regras de impessoalidade, clareza e objetividade, devido ao fim a que se destinam.

Essas características são observadas em:

- a) Poderiam ser redigidos os projetos acordados na última reunião de cúpula.
b) As diretrizes para o encaminhamento da decisão foram estabelecidas, presumo.
c) Encaminham-se os documentos assinados aos órgãos responsáveis para prosseguimento do processo.
d) Os estudos técnicos elaborados pelo órgão federal certamente trarão os resultados esperados.
e) Tomarei as decisões cabíveis ao término da leitura dos processos relacionados ao caso.

49. Uma frase comum no início de certo tipo de documento oficial está corretamente redigida em:

- a) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que, seja enviado Votos de Pesares aos familiares dos cabeleleiros...
b) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado uma Audiência Pública...
c) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizado uma Reunião Solene...
d) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplauso pela beneficiência da senhora Ana Margarete da Silva...

50. Considere este trecho fictício, extraído de um relatório feito por um Agente de Segurança Socioeducativo.

Informamos à Vossa Senhoria de que o menor infrator desobedeceu a placa colocada na entrada do recinto com a seguinte recomendação: "é expressamente proibido a entrada de adolescentes nesse ambiente". Onde, diante disso recomendamos que o menor em questão seja repreendido conforme regras dessa instituição.

Assinale a alternativa que apresenta a correta redação do relato.

- a) Informamos à Vossa Senhoria de que o menor infrator desobedeceu a placa colocada na entrada do recinto com a seguinte recomendação: "é expressamente proibido entrada de adolescentes nesse ambiente". Onde, diante disso, recomendamos que o menor em questão seja repreendido conforme regras dessa instituição.
b) Informamos a Vossa Senhoria que o menor infrator desobedeceu à placa colocada na entrada do recinto, com a seguinte recomendação: "É expressamente proibida a entrada de adolescentes neste ambiente". Assim, diante dessa

desobediência, recomendamos que o menor em questão seja repreendido, conforme regras dessa instituição.

c) Informamos a Vossa Senhoria que o menor infrator desobedeceu à placa colocada na entrada do recinto com a seguinte recomendação: "É expressamente proibido a entrada de adolescentes nesse ambiente". Onde, diante disso, recomendamos que o menor em questão seja repreendido conforme regras dessa instituição.

d) Informamos à Vossa Senhoria que o menor infrator desobedeceu à placa colocada na entrada do recinto com a seguinte recomendação: "É expressamente proibida a entrada de adolescentes nesse ambiente". Dessa forma, diante dessa desobediência, recomendamos que o menor em questão seja repreendido conforme regras dessa instituição.

e) Informamos a Vossa Senhoria de que o menor infrator desobedeceu a placa colocada na entrada do recinto com a seguinte recomendação: "É expressamente proibida a entrada de adolescentes neste ambiente". Assim, diante disso recomendamos que o menor em questão, seja repreendido conforme regras dessa instituição.



INTENSIVÃO
CONCURSO
PM-RR
POLÍCIA MILITAR DE RORAIMA
PERÍODO: **02 a 24/AGOSTO**
UNIDADES: CENTRO / ASA BRANCA
TURMAS: TARDE/ NOITE

DICAS & EXERCÍCIOS
ESQUEMAS & RESUMOS
TEMAS MAIS COBRADOS

INSCRIÇÃO
R\$ **200**,00

COMPLEXO CURSOS E CONCURSOS

PROF. PH LIRA

CONTATOS: (95) 3624-1049 / 3625-2039 / 98100-1990 / 99169-6296



MARATONA DE ESTUDOS
UNIDADE: **CENTRO**

DIREITO PENAL

SÁBADO e DOMINGO
21 e 22/07

1º LOTE R\$ **40**,00
2º LOTE R\$ **50**,00

SÁBADO-TARDE
HORÁRIO: 14H00 AS 18H

DOMINGO-INTEGRAL
HORÁRIO: 08H00 AS 18H

COMPLEXO CURSOS E CONCURSOS